

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

<b>SENTENÇA</b>
-----------------

Processo nº:	<b>1008863-20.2016.8.26.0566</b>
Classe - Assunto	<b>Procedimento Comum - Responsabilidade Civil</b>
Requerente:	<b>Mariza de Cassia Poltronieri Luchesi</b>
Requerido:	<b>'Banco do Brasil S/A</b>

**MARIZA DE CASSIA POLTRONIERI LUCHESE** ajuizou ação contra **BANCO DO BRASIL S/A**, pedindo a condenação ao pagamento de indenização por danos materiais e morais. Alegou, para tanto, que obteve o parcelamento do valor da fatura de cartão de crédito e solicitou o cancelamento do débito automático, fazendo desde logo um primeiro pagamento, surpreendendo-se no dia seguinte com o débito do valor da fatura, que foi atendida apenas em parte, consumindo R\$ 1.496,24 existentes na conta, o que contrariou não apenas o parcelamento mas também a exclusão de débito automático. Alegou que esse fato ensejou negativação do nome, bloqueio de outros cartões e a não compensação de oito cheques, além da cobrança de encargos, cuja devolução em dobro pretende, além de indenização pelo constrangimento moral.

Citado, o réu contestou o pedido, alegando que houve estorno dos valores debitados na conta da autora no dia 23 de maio transato e que, dos cheques mencionados, apenas um ainda pende de regularização (850296). Negou a ocorrência de ato ilícito e de dano indenizável.

Manifestou-se a autora, asseverando o padecimento de constrangimento moral. Reconheceu o estorno apenas parcial em sua conta.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

A fatura do cartão de crédito, de R\$ 2.752,32, vencia em 12 de maio transato (pág. 16). Houve parcelamento em três mensalidades de R\$ 1.007,06, uma das quais paga desde logo (págs. 17 e 19). Ainda assim, houve lançamento da débito do valor da fatura cartão de crédito na conta corrente, a qual não possuía fundos suficientes para pagamento integral, razão pela qual houve aproveitamento apenas de R\$ 1.256,08 (v. pag. 21).

**PODER JUDICIÁRIO**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Houve, sem dúvida, falha do serviço prestado, porquanto parcelada a fatura e paga a primeira parcela, com solicitação da cliente de exclusão do débito automático, era de rigor evitar o lançamento. Em consequência, sem provisão na conta, houve devolução de cheques emitidos, os quais seriam regularmente compensados se não houvesse a falha do banco, consumindo recursos efetivamente existentes e consumindo com lançamento indevido (v. Pág. 21).

Também houve cobrança de juros e IOF na conta (pág. 21).

O estorno efetuado no dia seguinte (pág. 21) não evitou o dano, da devolução indevida de cheques, nem foi completo, porque não incluiu os encargos cobrados. De rigor apurar-se a diferença, com devolução simples, não em dobro, pois evidente tratar-se de erro, não de malícia.

É inevitável, também, reconhecer-se o constrangimento moral causado, pois a devolução de cheques emitidos pela correntista, embora houve provisão na conta, abalou seu bom nome e reputação.

O dano moral decorrente é presumido, "in re ipsa".

É assente o entendimento jurisprudencial de que o dano moral decorre do simples fato da violação do direito da vítima. Esse é o entendimento do E. Superior Tribunal de Justiça:

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. DEFICIÊNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. DUPLICATA. SAQUE. CAUSA DEBENDI. AUSÊNCIA. REEXAME. SÚMULA N. 7 DO STJ. INDENIZAÇÃO. DANO MORAL IN RE IPSA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Não há que se confundir decisão contrária aos interesses da parte com decisão omissa ou contraditória, haja vista que o órgão julgador deve decidir apenas as questões imprescindíveis à solução da controvérsia. 2. Reformar a conclusão do Tribunal local no sentido de que a duplicata foi sacada sem causa que lhe desse suporte é intento que não dispensa o reexame de fatos, a encontrar o óbice de que trata o verbete n. 7 da Súmula desta Corte. 3. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento de que, "nos casos de protesto indevido de título ou inscrição irregular em cadastros de inadimplentes, o dano moral se configura *in re ipsa*, isto é, prescinde de prova, ainda que a prejudicada seja pessoa jurídica" (REsp 1.059.663/MS, Rel. Min. Nancy Andrighi, DJe de 17/12/2008). 4. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 718.767/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/02/2016, DJe 22/02/2016).

**P O D E R   J U D I C I Á R I O**
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS**

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Pode o juiz guiar-se pelas condições em que se apresentam os litigantes, para a redução ou ampliação do gravame devido e, ainda, a manutenção de certa relação entre o ilícito praticado e o resultado auferido pelo lesante, na fixação da indenização devida. A personalidade do lesado e a repercussão do dano são também considerados (v. Reparação Civil por Danos Morais, Carlos Alberto Bittar, RT).

Tomam-se em conta a posição social e cultural do ofensor e do ofendido, tendo-se em vista o homo medius, de sensibilidade ético-social normal. A maior ou menor culpa do agente também é aspecto a ponderar.

No entanto, constitui contradição pretender buscar uma perfeita equivalência econômica entre o dano e a quantia que for arbitrada a título de compensação ou satisfação simbólica, o que se mostra possível apenas no domínio dos danos patrimoniais (Antonio Lindbergh C. Montenegro, Ressarcimento de Danos, Âmbito Cultural Edições, 4ª edição, página 153).

A reparação pecuniária pelo dano moral, descartada a impossibilidade de qualquer equiponderância de valores, tem o sentido de compensar a sensação de dor da vítima com uma sensação agradável em contrário (RT 650/63).

A paga em dinheiro representa uma satisfação moral ou psicológica, neutralizando o sofrimento impingido. Mas não pode significar um enriquecimento sem causa da vítima.

À falta de regulamentação legal, a estimação é prudencial (TJSP, Ap. 113.190-1, 2ª C., j. 28.11.89, Rel. Des. Walter Moraes, RT 650/63).

É razoável estabelecer a indenização em R\$ 10.000,00.

Diante do exposto, **acolho o pedido** e condeno o **BANCO DO BRASIL S. A.** a pagar para **MARIZA DE CÁSSIA POLTRONIERI LUCHESI** indenização por dano moral, arbitrada em R\$ 10.000,00, com correção monetária a partir desta data, e a devolver a diferença do montante pago indevidamente, compensado o valor já estornado, conforme se apurar, com correção monetária. Responderá, também, por juros moratórios à taxa legal, contados da época da citação inicial, custas processuais e honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 15 de setembro de 2016.

## PODER JUDICIÁRIO



### TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br



**Carlos Castilho Aguiar França**  
Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME  
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**